



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

## TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **3003170-26.2013.8.26.0566 - 2013/001769**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Tributária**  
 Documento de Origem: **IP - 316/2013 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Réu: **Cláudio Aparecido de Oliveira**  
 Data da Audiência: **30/11/2017**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA**, realizada no dia 30 de novembro de 2017, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a ausência do acusado, bem como de seu defensor, tendo o MM Juiz nomeado "ad-hoc" a DPE, estando presente neste ato a Defensora Pública **DRA. AMANDA GRAZIELLI CASSIANO DIAZ**. Iniciados os trabalhos o MM. Juiz declarou a revelia do acusado, tendo em vista que foi regularmente intimado mas não compareceu à presente audiência, nos termos do artigo 367, do Código Penal. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA** pela prática de crime de sonegação fiscal. Instruído o feito, requeiro a improcedência. Segundo a denúncia, o acusado, proprietário da empresa C&A computadores, utilizava nota fiscal da empresa CAESP, simulando assim vendas realizadas pela C&A como se fossem efetuadas por aquela empresa, deixando desta forma de registrar tais operações nos livros fiscais da empresa autuada, possibilitando a sonegação de R\$258.937,32. A prova necessária para a demonstração de que a C&A utilizava notas fiscais de outra empresa era extremamente simples, bastando se verificar se o dinheiro daquela venda simulada entrou na conta da C&A ou o aparelho entregue ao cliente saiu dos estoques da C&A. Nada disso foi apurado. O que se verificou é que notas fiscais da CAESP estavam num cômodo de um imóvel que estava ligado à empresa C&A. Ainda que possam existir indícios da simulação dessas vendas, não há prova material, que se resumia como dito acima na comprovação do pagamento ou na saída da mercadoria do estoque, da prática do referido delito. Assim, em razão do que não foi apurado nos autos, requeiro a absolvição do réu nos termos do artigo 386, VII, do CPP. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: Apura-se crime de sonegação fiscal imputado ao proprietário da loja C&A. Não há demonstração efetiva de que o réu tenha praticado o delito de sonegação. A acusação resume-se à sonegação em razão de simulação de venda por intermédio de outra empresa que não a autuada. Como admitido pelo próprio Ministério Público, não se comprovou que a C&A tenha recebido valores através de venda simulada com utilização de notas fiscais da CAESP ou mesmo que tais mercadorias entregues através de nota fiscal desta empresa, ou seja, CAESP, tenham saído dos estoques da C&A. Assim,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

meros indícios não são aptos a fundamentar um decreto condenatório, que exige certeza quanto a existência do delito e à sua autoria. Desta forma, requer-se a absolvição do réu com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, em caso de condenação, requer-se a fixação da pena no mínimo legal e a concessão da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 1º, II e IV, da Lei 8.137/90. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a absolvição do acusado, no que foi seguido pela defesa. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos por ambas as partes e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de embasamento de um decreto penal condenatório. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA** da imputação de ter violado o disposto no artigo 1º, II e IV, da Lei 8.137/90, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Defensora Pública: